

INTERNET E SOCIEDADE

EDITOR RESPONSÁVEL

Felix Dane

CONSELHO EDITORIAL

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Álvaro Moisés

José Mario Brasiliense Carneiro

Lúcia Avelar

Silvana Krause

ORGANIZAÇÃO

Reinaldo J. Themoteo

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cacau Mendes

IMPRESSÃO

Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XVI (2015), nº3

Internet e sociedade

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2015.

ISBN 978-85-7504-194-9

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação: Cibercultura e participação política no Brasil
REINALDO J. THEMOTEO
- 19 Internet e democracia
HUGO ROGELIO SUPPO
- 47 A Internet e os partidos políticos brasileiros
SÉRGIO BRAGA · LEONARDO CAETANO ROCHA
MÁRCIO CUNHA CARLOMAGNO
- 75 Ciberativismo no Brasil
AFONSO DE ALBUQUERQUE ·
ELEONORA DE MAGALHÃES CARVALHO
MARCELO ALVES DOS SANTOS JR
- 97 A legislação e a internet: ideais, desafios e avanços
com o Marco Civil da Internet
ALESSANDRO MOLON
- 113 Riscos e incertezas no uso do Facebook como
plataforma de ativismo político
JORGE MACHADO · MÁRCIO MORETTO
- 133 Educação e Internet no Brasil
VANI MOREIRA KENSKI
- 151 Políticas de acesso à Internet no Brasil:
indicadores, características e obstáculos
SIVALDO PEREIRA DA SILVA

- 173 As novas oportunidades de negócios
na economia da informação
MAX FORTUNATO COHEN
- 191 Mercado de trabalho: a terceirização dos robôs
GILSON SCHWARTZ

Apresentação: Cibercultura e participação política no Brasil

REINALDO J. THEMOTEO

INTRODUÇÃO

■ Um dos traços mais interessantes das grandes inovações é a rapidez com que são assimiladas. Fruto de um complexo processo que se desenrolou até que alcançasse o atual cenário de integração no cotidiano de boa parte da população brasileira, as ferramentas virtuais de comunicação assumem papel de relevo nas mais variadas atividades. Embora a internet tenha chegado ao alcance do público no país há vinte anos, parece que faz mais tempo, devido ao grau de incorporação das novas tecnologias de comunicação na sociedade. Tomando em consideração o quadro sociopolítico e econômico nacional, que se desenrolou concomitantemente à evolução da internet no Brasil, recordamos quanta coisa importante aconteceu neste intervalo de tempo. Em meados da década de 1990 tínhamos uma Constituição recém-promulgada, com menos de uma década de existência. Há bem pouco tempo um presidente da república havia sido retirado do poder via *impeachment*. O país vivia os primeiros tempos do Plano Real, em meio às conversões da URV. Muitos escândalos de variadas procedências e dimensões têm sido divulgados amplamente na mídia, numa tal profusão de tirar o fôlego mesmo de cientistas políticos. Lutas, problemas, conquistas se alternam, mas acima de tudo a democracia segue amadurecendo e avançando.

Esta edição dos *Cadernos Adenauer* tem por objetivo apresentar análises sobre alguns dos seguintes tópicos relacionados ao uso da internet no Brasil: democracia, partidos políticos, ciberativismo, o marco Civil da Internet, as organizações da sociedade civil, educação, o acesso a internet, a economia e o mercado de trabalho. Este artigo de apresentação aponta algumas reflexões preliminares, sobre

as mudanças trazidas pela internet na vida da sociedade brasileira, com ênfase na participação política, incluindo aspectos como a cibercultura no Brasil, a exclusão digital, o poder da mídia, alguns desafios da democracia brasileira e, por fim, a importância da educação política.

I. CIBERCULTURA NO BRASIL

■ A importância das novas tecnologias da informação, em todo o mundo, é tamanha que não é exagero referir-se a elas como uma autêntica revolução. Na década de 1950, Albert Einstein concedeu uma entrevista em que abordou o assunto, afirmando ter havido três grandes bombas no século XX: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações. Podemos considerar a população no início do século XX, de 1,5 bilhão de habitantes, compará-la aos atuais mais de 7 bilhões de habitantes, e imaginar como seria a vida sem os meios virtuais de comunicação, num cenário onde a maioria das pessoas vivem nas cidades. As bombas que explodiram em Hiroshima e Nagasaki definiram o rumo da segunda Guerra Mundial, o poder nuclear foi o elemento chave na Guerra Fria e atualmente continua sendo de suma importância na política internacional. A terceira bomba da figura de Einstein antecipa a crescente influência destas novas tecnologias nos mais variados aspectos da vida em sociedade.

Nestas duas décadas de internet presentes em nossa vida cotidiana no Brasil, ocorreram grandes mudanças no modo como utilizamos a grande rede. No esforço de apreender os sentidos desta nova conjuntura identificamos facilmente a presença dos meios virtuais presentes nas tarefas mais comuns, mas tateamos diante da profusão de desdobramentos e implicações engendrados. São coisas que fazemos e às vezes sequer nos damos conta da tecnologia ali presente, possibilitando rapidez e comodidade. A educação conta hoje em dia com ampla presença da internet em variadas etapas do seu processo, desde a simples possibilidade de os pais de um aluno acessarem online o boletim escolar dos filhos, passando pela inscrição no ENEM até graduações online, que seguem vencendo preconceitos e formando um crescente número de pessoas a cada ano. Boa parte das transações bancárias que vinte anos atrás requeriam enfrentar filas hoje podem ser efetuadas com poucos cliques na tela de um *smartphone*, o qual pode ser facilmente transportado. As mudanças são tão pronunciadas que em abril de 2014 foi sancionado o Marco Civil da Internet, como resposta às demandas que surgiram por um mecanismo legal que regulamente as atividades no mundo virtual, coibindo abusos e definindo responsabilidades e direitos no uso da Grande Rede. O advento da

cibernética descortinou um leque de novas possibilidades em termos de participação política mediada pelas novas tecnologias, a chamada democracia virtual. Defendemos não ser suficiente pensar em termos de impacto e influência porque as novas tecnologias atualmente permeiam nossas vidas de diversas formas, de um modo estrutural e de difícil reversão. Da interação entre a cultura e o mundo virtual nasce a cibercultura, termo que recebe a seguinte definição formulada por André Lemos:

O termo está recheado de sentidos mas podemos compreender a cibercultura como a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70. (Lemos, 2003, p. 1)

O resultado multifacetado que resulta da interação entre sociedade, cultura e as novas tecnologias da informação (Lemos, 2003) é o que costumamos chamar cibercultura, permeando e interpenetrando os seus diversos setores. Estas tecnologias mudaram o modo como lidamos com o tempo e espaço no contexto da informação, eliminando distâncias e possibilitando acompanhar acontecimentos e até influir de algum modo em distintas realidades, mesmo estando fisicamente a milhares de quilômetros.

2. EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

■ Este entrelaçamento das novas tecnologias de informação junto a variados setores da vida social dá lugar ao que Manuel Castells denominou sociedade em rede. A ideia de rede é algo muito antigo, mas mediadas pelas tecnologias informacionais, as redes virtuais oferecem novas possibilidades, como a de se expandir indefinidamente, conectar pessoas, organizações, empresas e colocar culturas diferentes em contato mais estreito, derrubando e/ou enfraquecendo fronteiras e barreiras.

Paradoxalmente a superação de antigos limites, ao mesmo tempo em que abriram amplas possibilidades de comunicação, também produziram novas situações desafiadoras. Para que a sociedade do conhecimento efetivamente elimine e/ou encurte distâncias, faz-se necessário ter acesso a equipamentos de informática e conexão à internet, mas somente isso não basta. O mero uso de um computador, ou simplesmente acessar a internet não é necessariamente inclusão digital. É preciso ter acesso às tecnologias e saber apropriar-se delas de modo a gerar reais

melhorias na própria vida. Conforme as palavras de Castells: “... sem educação a tecnologia não serve para nada” (2008). Além da falta de domínio no manuseio dos equipamentos, o desinteresse é outro fator importante, no âmbito da inclusão digital. Segundo o *Atlas da Inclusão digital*, “os principais motivos da exclusão são desinteresse (33%) e incapacidade (19 %)” (Neri, 2012). Assim, a inclusão digital se tornou política pública e desafia governos nas mais diferentes esferas de poder.

A participação política na sociedade da informação, na qual o acesso ao conhecimento e à informação se dão de modo crescente por meio digital, constitui a convergência de um conjunto de saberes e do acesso e domínio de tecnologias que tornam possível a efetiva inserção do indivíduo na sociedade em que vive, de modo que possa compreender as estruturas e o funcionamento de leis e instituições. Uma vez que o pleno exercício da cidadania requer o acesso a tecnologias, constata-se que a exclusão digital no Brasil é mais um dos desdobramentos da exclusão social.

No Brasil houve melhoras nos indicadores sociais. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH do Brasil cresceu 36,4% entre 1980 e 2013. Diversos programas sociais foram implementados ao longo dos últimos governos, alguns ampliados pelas gestões mais recentes, reduzindo vulnerabilidades e ampliando a inclusão social das camadas menos favorecidas da população. Programas de distribuição de renda, redução do analfabetismo e de saneamento básico foram elementos que contribuíram para a melhoria no IDH, sendo que atualmente o Brasil ocupa a 79ª posição entre 187 países, no ranking do IDH (PNUD, 2014). Não obstante os progressos realizados, o Brasil é ainda um país que possui desigualdade social a ser diminuída.

A melhoria dos indicadores sociais sem dúvida contribuiu para o avanço nos indicadores de inclusão digital, sendo esta algo cada vez mais importante na avaliação da qualidade de vida. Desta forma, é de suma importância que tanto os governos como a sociedade civil em geral somem esforços para tornarem tais tecnologias acessíveis a todas as pessoas. Cada vez mais atividades e serviços são transferidos de plataformas físicas para virtuais, isso significa que a exclusão digital torna-se crescentemente um obstáculo ao pleno exercício da cidadania.

3. MÍDIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

■ O rádio, a televisão e a grande mídia impressa, nas sociedades democráticas, têm convivido com as críticas e suspeitas acerca do seu poder de influenciar as massas, e sobre qual o melhor meio de lidar com esses poderosos meios de co-

municação. Muitos estudos foram feitos, analisando os perigos que os meios de comunicação de massa poderiam representar para uma democracia. Nos anos 90 Karl Popper, um dos maiores epistemólogos do século XX e também um grande defensor da valores democráticos, autor de clássicos como *A miséria do historicismo* e *A sociedade aberta e seus inimigos*, enxergava na televisão um real perigo à democracia caso não fosse exercido sobre as emissoras algum tipo de controle. Na obra *Televisão: uma ameaça para a democracia?* ele formulou severas críticas e ressaltou a importância de se entender melhor o alcance do poder da televisão. As novas tecnologias da informação “subverteram” a mão única dos meios de comunicação de massa, ainda que as grandes corporações e conglomerados de empresas detenham posse de considerável parcela dos grandes portais e tantas outras plataformas, tal como ocorre com as demais mídias: de radiodifusão, televisão e mídia impressa. Os meios virtuais de comunicação abriram novas possibilidades de comunicação, mudando de forma irreversível o modo como estudamos, trabalhamos e nos divertimos, e têm transformado cada vez mais a participação política.

Numa sociedade democrática é da maior importância que a mídia ofereça conteúdos que tragam pontos de vista diferentes, estabelecendo o debate plural tão necessário à vivência democrática – a bem da verdade a diversidade de canais de informação tornou-se pressuposto para o bom funcionamento das democracias de acordo com teóricos do assunto. Interesses econômicos, no entanto, podem limitar tal diversidade. No Brasil há um pequeno número de empresas controlando boa parte dos meios de comunicação, e tais grupos não estão necessariamente interessados em veicular diversidade, mas naturalmente, em resguardar alguns dos seus próprios interesses. Hoje a grande maioria das mídias converge para a internet. Canais de TV, rádios, jornais e revistas tem conteúdo virtual, o que gerou a desterritorialização dos conteúdos. Alguns serviços inclusive migraram para a internet de modo completo, passando a funcionar exclusivamente online. Serviços de *streaming* ditam uma nova tendência, que possibilita assistir aos programas favoritos na hora mais confortável, bem como escutar músicas por meio desta tecnologia já se tornou corriqueiro. Tal como em relação aos demais veículos tradicionais de comunicação, no mundo virtual os principais portais e plataformas são responsáveis pela maior parte dos conteúdos acessados pelos internautas, com sérias implicações políticas (Miguel, 2015, p. 370). Para além disso, as redes sociais ocuparam um espaço impressionante: jornais já não disputam a quantidade de usuários da rede que acessam seus portais diretamente, mas o quanto seus conteúdos são disseminados em redes como o Facebook e, a partir dali, quantos acessam o link postado.

Mesmo que o poder da grande mídia esteja concentrado na mão de poucos grupos, existem brechas. Algumas amostras das possibilidades de pessoas se expressarem, seja de modo individual, ou vinculadas a movimentos sociais e demais coletivos, puderam ser vistas nos protestos de junho de 2013. A filmagem em tempo real de ações transmitidas via internet e fotos divulgadas são exemplos de conteúdos produzidos por pessoas comuns e movimentos sociais, ganhando destaque nas redes sociais. Nos primeiros momentos da cobertura dos protestos realizada pela grande mídia os participantes eram definidos por diversas emissoras de televisão como “baderneiros”, “vândalos” entre outros termos depreciativos. Sem demora houve uma grande reação nas redes sociais criticando intensamente o modo de se referir aos manifestantes. Posteriormente notou-se a modificação na cobertura dos protestos, nas quais os participantes pacíficos das manifestações populares passaram a ser tratados por “manifestantes”. Muito ainda se tem discutido na tentativa de compreender as várias facetas das *jornadas de junho*, pois tratou-se de um momento emblemático de manifestações da sociedade civil, nas quais a internet desempenhou um papel central.

4. NOVAS TECNOLOGIAS, VELHAS PRÁTICAS

■ Em meio a tal avalanche de fluxos de informação e mudanças, não é tarefa das mais fáceis entender e se situar na modernidade em que vivemos. Os fatores que constituem o *zeitgeist* passam despercebidos por boa parte das pessoas, que vivem sem se dar conta de uma série de porquês que as circundam, e devido às mais variadas causas.

Estes são dias complexos, nos quais as variáveis se apresentam moveções e fugidias. Conforme a conceituação de Bauman (2007), estes são tempos líquidos. A velocidade não se limita aos fluxos de dados que circulam na grande rede, mas alcança as próprias vidas, individual e coletivamente por meio de mudanças velozes e incessantes que se dão por toda parte. As novas tecnologias da informação estão no cerne destas novidades, estando elas próprias em ritmo acelerado de renovação. Assim a novidade se desvanece rapidamente para dar lugar a outras inovações igualmente destinadas à breve substituição. A obsolescência é programada em relação aos bens de consumo, e com ou sem programação alcança vidas individuais e realidades coletivas. Do mesmo modo que as fronteiras impostas pela distância física tornaram-se tênues ou inexistentes, as fronteiras nacionais igualmente perderam solidez, pondo em cheque a soberania nacional, pois o cibercrime e o ciberterrorismo ultrapassam fronteiras nacionais. Se um ciberataque

atinge um alvo que se encontra num determinado país, distinto daquele onde a ação foi originada, o enquadramento dos responsáveis constitui questão por vezes delicada. Qual governo tomará as medidas cabíveis? As agências de segurança do país onde o ataque foi sofrido? As do local onde a ação foi realizada?

Assegurar a privacidade na web também constitui um grande desafio nestes tempos de modernidade líquida (Bauman, 2007, p. 7). Naturalmente queremos nossa privacidade respeitada, pois trata-se de um direito, mas vigilância e privacidade são elementos de difícil equacionamento. Governos e empresas nem sempre colaboram para que nos sintamos com mais segurança e privacidade. O escândalo envolvendo a NSA, que no vazamento de informações revelou-se como a responsável por ampla espionagem, incluindo líderes de países como Alemanha e Brasil, nos conduz ao questionamento acerca do grau de vigilância ao qual as pessoas estão expostas. Várias empresas realizam o chamado *data mining*, coletando dados em larga escala para posteriormente vender essas bases de dados para terceiros. Além disso, na lista de empresas que colaboraram com a NSA constam diversas das maiores empresas da web e conseqüentemente do mundo.

Como pensar a política, por si só tão complexa, em uma época em que as coisas se afiguram tão voláteis? A política séria requer a tomada de decisões difíceis, mas que podem se revelar acertadas devido aos efeitos a serem verificados em médio ou longo prazo. Como conciliar esta dura e pragmática realidade com as exigências do jogo, que se baseia não raro em elaborações de marketing, mais que em plataformas políticas efetivas? O canto da sereia do populismo grassa, guindando políticos às posições por eles almejadas, sem que os interesses coletivos tenham sido de fato o elemento mais importante. Da magia dos recursos midiáticos de variada natureza emergem os fogos fútuos de imagens e discursos construídos de modo a brilharem apenas o suficiente para serem visíveis até o momento do voto. Eis que nos encontramos em meio a uma crise de representação política, uma das principais questões das democracias representativas desde a década de 80. A internet faculta meios de participação, mas também pode acentuar o sentimento de descompasso e distância em relação aos representantes políticos legitimamente eleitos.

5. O DESCOMPASSO

■ A diminuta confiança da população em relação aos políticos costuma ser aferida em vários estudos. Uma pesquisa sobre instituições mais confiáveis, realizada pelo Instituto DataFolha a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil em 2014,

englobando 134 municípios de todas as regiões brasileiras apresentou os partidos políticos em último lugar, de um total de 13 categorias. Tal rejeição aos políticos pôde ser constatada durante os protestos de junho de 2013, nas manifestações que começaram em posições contrárias a um reajuste de passagens de ônibus em São Paulo e foi se tornando mais plural e difusa. A geração conectada que convive com naturalidade com o mundo virtual, bem como boa parte da população em geral não se sentem devidamente representados. Parece haver um descompasso entre a política partidária e os anseios e expectativas de muitos jovens, como se o atual sistema político se mantivesse off-line, de difícil acesso à geração online. Em parte isso pode representar um dilema a ser enfrentado pelos representantes, mas em parte também é o resultado de uma distância entre uma geração rápida e líquida e os princípios de uma democracia que por vezes precisa se mostrar lenta para que as decisões respeitem aspectos amplos e complexos.

Embora de um modo geral as Jornadas de Junho não tenham recebido a resposta esperada às bandeiras levantadas nos protestos, um dos maiores legados das manifestações pode ter sido reavivar o interesse de muitos jovens pela política. Em 2014 durante a campanha eleitoral o Brasil viveu um forte clima de polarização, com intensa mobilização nas redes sociais. Os partidos têm atuado no ciberespaço, com variados níveis de ênfase, e também diferentes níveis de abertura para a participação online em suas plataformas, mas é preciso ampliar os espaços de participação. A pesquisa *Sonho da Política Brasileira*, realizada em 2014, ouvindo 1.428 jovens de 18 a 32 anos, mostra dados acerca de fatores que motivariam jovens a se aproximarem da política:

O jovem de hoje tem acesso a praticamente qualquer informação a qualquer momento, e não consegue se identificar com a 'caixa preta' da política atual. 45% afirmam que se aproximariam da política se o processo fosse mais transparente e confiável. Para participar precisa conhecer e entender onde está empenhando sua energia. (Pedreira, 2015, p. 105)

Num cenário de descrédito dos partidos políticos a vontade de participação cidadã vai sendo direcionada a diversas outras frentes de atuação que não os partidos, como ONGs, e coletivos, relacionados muitas vezes a questões e problemas pertencentes à realidade mais próxima dos grupos envolvidos. Viver numa democracia representativa, mesmo com as suas imperfeições e dificuldades, é de longe preferível a qualquer regime autoritário. Não há respostas prontas, uma vez que não temos exemplos passados nos quais nos espelhar. De qualquer modo, ao fator

tecnológico há que se fazer presente a vontade política, nos esforços de oferecer melhores respostas às demandas da população, buscando aumentar a confiança nos partidos políticos, ao direcionar a ação política um pouco mais às demandas da população, e menos aos interesses internos ao jogo político.

6. DEMOCRACIA VIRTUAL E EDUCAÇÃO POLÍTICA

■ A democracia virtual pode ser entendida como as diversas instâncias de participação política onde governos, organizações da sociedade civil e população integram em diferentes níveis, através do uso dos meios virtuais. As ações realizadas no mundo virtual em geral são um reflexo das crenças, ideologias e valores cultivados na realidade off-line.

A educação política é de fundamental importância no empoderamento das pessoas, por oferecer os conceitos necessários para a compreensão do sistema político do país em que vivem. As competências de análise de conjuntura são fundamentais para a participação política. É essencial saber o que são os partidos políticos, quais as suas atribuições. É preciso saber como funciona uma república democrática, e quais as diferenças entre presidencialismo e parlamentarismo. Para entendermos o jogo político atual é imprescindível saber o que é uma coalizão. Qual o papel de cada um dos três poderes? Quais as responsabilidades de um vereador, de um deputado, de um senador, de um governador, de um presidente da república? O que é ser de esquerda? O que é ser de direita? O que é centro-esquerda? Entender o que é liberalismo, socialismo, anarquismo etc., juntamente com outros conceitos políticos básicos, é fundamental para uma participação política efetiva, seja a participação em uma rede social, num blog, numa iniciativa presencial e principalmente diante da urna eletrônica.

A internet pode ser usada nas iniciativas de educação política sendo bem vinda em muitos casos, mas nem sempre é imprescindível. Tais atividades podem ser realizadas por meio de projetos realizados por organizações da sociedade civil, e deveriam estar presentes em todas as escolas do país, capacitando homens e mulheres a entenderem a vida política do país em que vivem e fazerem suas escolhas por conta própria, da melhor forma possível. Tais conteúdos podem tanto ser ministrados em disciplina específica como fazer parte do currículo de modo transversal, conectando várias disciplinas. Um desafio nesta seara é que a educação política seja uma atividade ou um conjunto de atividades que tenha por objetivo capacitar pessoas de maneira que possam entender e se posicionar de modo intelectualmente independente na realidade sociopolítica em que se

movimentam. É perfeitamente compreensível que partidos políticos bem como outras instituições desenvolvam atividades de formação política, que apresentem aos seus membros e simpatizantes os valores que constituem sua identidade política e ideológica. Contudo, a educação política em sua significação originária e profunda é facultar às pessoas os conceitos necessários ao entendimento do que é a política, do que está em jogo, de como a política afeta a nossa vida em particular, assim como determina os rumos de uma cidade, de um estado e de um país como um todo. Tais iniciativas são cruciais para o fortalecimento de qualquer democracia. Sobretudo, a educação política propicia o exercício da reflexão sobre a realidade política, lançando mão de conceitos pertinentes. Seja em modo online ou off-line a democracia é um valor fundamental, do qual não se pode abrir mão. E a educação política é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento dos valores democráticos, dentre os quais se inclui a participação política. Uma democracia plena conta com um povo que participa ativamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octavio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad.: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Entrevista concedida ao jornal El País, 2008.

CERVI, Emerson. Mundo virtual, política real: mesmo sob novas condições a alocação de poder político não necessariamente muda. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, nº 3, p. 11-30, 2012.

LEMONS, André; CUNHA, Paulo (orgs.). *Olhares sobre a Cibercultura*. Sulina, Porto Alegre, 2003; p. 11-23

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1999.

_____. *As tecnologias da inteligência*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1995.

_____. *Ciberdemocracia*. Trad.: Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

NERI, Marcelo (Coord.). *Mapa da inclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PEDREIRA, Beatriz. Sonhos da juventude brasileira: A política além do voto. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, nº. 1, p. 101-119, 2015.

PNUD. *Brasil sobe uma posição no ranking do IDH e fica em 79º entre 187 países*, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3909>. Acesso em 12/07/2015.

SORJ, Bernardo. On-line / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: FAUSTO, Sérgio; SORJ, Bernardo (Orgs.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/41218/>